



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

**NOTA DE CONJUNTURA Nº 34
FEVEREIRO DE 2019**

Esta Nota de Conjuntura, da responsabilidade
do Fórum para a Competitividade,
inclui informação publicada até 28.02.2019

ESTA NOTA DE CONJUNTURA TEM O PATROCÍNIO DE:

**Jerónimo
Martins**

**LUSO-AMERICAN
DEVELOPMENT**

foundation



RESUMO EXECUTIVO

- Há esperança de entendimento entre os EUA e a China, que pode colocar um ponto final à guerra comercial em curso.
- A menos de um mês do Brexit, surgiram duas novidades: a possibilidade de adiar o prazo e um eventual segundo referendo.
- O crescimento do PIB do 4º trimestre de Portugal (1,7%) foi um pouco pior do que o esperado, pelo lado das exportações, muito afectadas por efeitos pontuais nos portos. Para o conjunto do ano, houve um crescimento de 2,1%, uma clara desaceleração aos 2,8% de 2017, e um desvio apreciável face à estimativa do governo (2,3%).
- O emprego, em termos de contas nacionais, cresceu 2,3% em 2018, mais do que a subida de 2,1% do PIB. Ou seja, a produtividade caiu 0,2%.
- Com este crescimento do emprego, o PIB poderia estar a subir 4%.
- A taxa de desemprego do 4º trimestre estabilizou nos 6,7%, enquanto para o conjunto do ano baixou de 8,9% em 2017 para 7,0%. A estabilização no 4º trimestre poderá ser apenas uma paragem momentânea, recuperando a trajectória descendente nos trimestres seguintes.
- Em 2018, o saldo das balanças corrente e de capital foi de 903 milhões de euros (0,5% do PIB), pouco mais de um terço do excedente de 2 699 milhões de 2017. O abrandamento das exportações, sobretudo de serviços de turismo, poderá colocar em causa a preservação de saldos externos positivos já em 2019.
- Se quisermos ignorar o comportamento da produtividade e olharmos só para a evolução do PIB, uma convergência de duas décimas por ano (como em 2018) significa que demoraríamos 130 anos para atingir a média da UE.
- Em 2019 e 2020, até a Grécia crescerá mais do que Portugal.
- De acordo com a Comissão Europeia (Semestre Europeu de 2019), “Portugal tem uma das mais baixas taxas de investimento da UE.”. Em simultâneo, “enfrenta múltiplos condicionalismos ao investimento”. Ou seja, parece que estamos a criar os nossos próprios problemas.

ÍNDICE

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

Esperança na guerra comercial _____ 5

Suspense do Brexit até à última _____ 5

2. CONJUNTURA NACIONAL

Desaceleração do PIB no 4º trimestre _____ 6

Produtividade caiu em 2018 _____ 7

Desemprego estabiliza _____ 7

Saldo externo muito menor _____ 8

3. TEMAS EXTRA

Convergir? _____ 9

Como contrariar a desaceleração em curso? _____ 10

Comissão Europeia – Semestre Europeu 2019 _____ 13

4. MERCADOS FINANCEIROS _____ 15

5. A REFORMA DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM PORTUGAL _____ 18

6. AGENDA _____ 23



- Mais tempo para negociar

- Possível adiamento do Brexit

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

Pedro Braz Teixeira ¹

ESPERANÇA NA GUERRA COMERCIAL

A 1 de Março, era suposto entrarem em vigor novas tarifas americanas sobre 200 mil milhões de dólares de importações da China. Felizmente, o presidente Trump recuou naquilo que tinha sido definido como data impreterível, dando mais tempo para as negociações e anunciando também uma possível cimeira com o líder chinês.

As perspectivas de que se possa evitar o escalar de uma guerra comercial, prejudicial a ambas as partes, foram bem recebidas pelos mercados, em particular os de Xangai.

SUSPENSE DO BREXIT ATÉ À ÚLTIMA

A poucas semanas de 29 de Março, data definida para o Brexit, a incerteza parece ser total. No entanto, é cada vez mais expectável que o Reino Unido peça uma extensão do prazo, em calendário ainda por definir. Do lado britânico, havia uma corrente forte contra o adiamento, porque é necessário fazer escolhas, mais cedo ou mais tarde, e mais tempo prolonga a incerteza.

Há também a possibilidade de um novo referendo, o que criaria a eventualidade da permanência do Reino Unido na UE.

¹ Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade, responsável pelos textos desta Nota de Conjuntura, com excepção dos assinalados.



- Crescimento do PIB do 4º trimestre foi um pouco pior do que esperávamos

2. CONJUNTURA NACIONAL

DESACELERAÇÃO DO PIB NO 4º TRIMESTRE

O crescimento do PIB do 4º trimestre foi um pouco pior do que esperávamos (1,7% face ao intervalo estimado entre 1,8% e 2,0%), devido a factores pontuais nas contas externas, que acabaram por ter um impacto significativo. É certo que o ambiente externo é de desaceleração, mas o mau comportamento das exportações resulta sobretudo da disrupção nos portos, que não se deverá repetir nos trimestres seguintes. Já a desaceleração externa pode acentuar-se.

Contribuição para o crescimento do PIB (líquido de importações)

Componente	1T17	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18
Consumo privado	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	0,5	0,8	1,0
Consumo público	-0,1	-0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Investimento	0,6	0,9	1,0	0,6	0,5	0,3	0,5	0,7
Procura Interna	1,0	1,2	1,4	1,0	1,2	0,9	1,4	1,8
Exportações	2,1	1,8	1,1	1,5	1,0	1,5	0,8	-0,2
PIB	3,0	3,1	2,5	2,5	2,2	2,4	2,1	1,7

Para o conjunto do ano, não houve surpresa, com um crescimento de 2,1%, uma clara desaceleração aos 2,8% de 2017, mas um desvio apreciável face à estimativa do governo (2,3%), sobretudo tendo em atenção que esta era relativamente recente (de Outubro).



- Crescimento mais fraco deverá levar a mais cativações em 2019

- Produtividade caiu 0,2% em 2018

- PIB podia estar a subir 4%

- A taxa de desemprego do 4º trimestre estabilizou nos 6,7%

Como é evidente, um ritmo tão fraco de crescimento, mesmo que possa ser seguido de uma ligeira recuperação no 1º trimestre de 2019, coloca fortes restrições ao conjunto do ano corrente, enquadrado por uma clara desaceleração a nível europeu e também mundial.

A estimativa de crescimento para 2019, incluída no Orçamento de Estado, de 2,2%, está agora muito mais longe de se poder realizar, o que deverá levar a cativações mais profundas do que o ministro das Finanças poderá ter inicialmente previsto.

PRODUTIVIDADE CAIU EM 2018

O emprego, em termos de contas nacionais, cresceu 2,3% em 2018, mais do que a subida de 2,1% do PIB. Ou seja, a produtividade caiu 0,2%. Em relação ao 4º trimestre, houve a mesma perda de produtividade, com o emprego a subir 1,9% face a uma subida de 1,7% do PIB.

Com o emprego a subir 2,3%, se a produtividade também estivesse a subir, como acontece com os países no nosso nível de desenvolvimento, o PIB podia estar a crescer 4%.

DESEMPREGO ESTABILIZA

A taxa de desemprego do 4º trimestre estabilizou nos 6,7%, enquanto para o conjunto do ano baixou de 8,9% em 2017 para 7,0%. No 4º trimestre, o emprego caiu 0,4%, ainda que tenha subido 1,6% em termos homólogos.

Como já temos vindo a salientar, a redução do desemprego deverá passar a ser muito mais lenta, mas deve prosseguir, pelo menos enquanto o crescimento económico



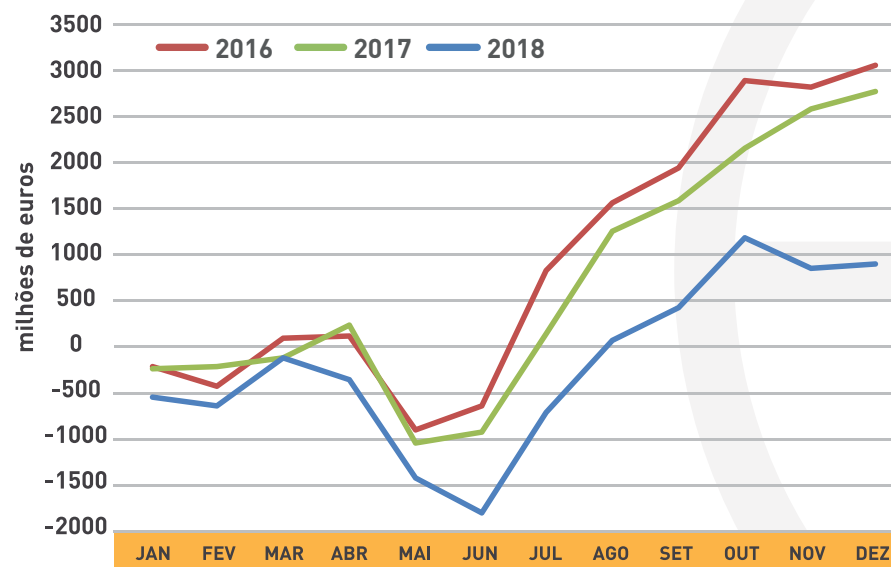
- Saldo externo apenas um terço do valor de 2017

se mantiver acima da tendência (1 ½%). A estabilização no 4º trimestre poderá ser apenas uma paragem momentânea, recuperando a trajectória descendente nos trimestres seguintes.

SALDO EXTERNO MUITO MENOR

Em 2018, o saldo das balanças corrente e de capital foi de 903 milhões de euros (0,5% do PIB), pouco mais de um terço do excedente de 2 699 milhões de 2017. O final do ano foi um pouco preocupante, afastando-se mais da habitual recuperação sazonal. O abrandamento das exportações, sobretudo de serviços de turismo, poderá colocar em causa a preservação de saldos externos positivos já em 2019.

Balanças corrente e de capital (milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal



- Em termos de produtividades estamos a divergir

- Demoraríamos 130 anos para atingir a média da UE

3. TEMAS EXTRA

CONVERGIR?

Pedro Braz Teixeira

Em 2018, Portugal cresceu 2,1% enquanto a UE cresceu 1,9%. No entanto, enquanto no nosso país a produtividade caiu 0,2%, na UE houve um aumento de cerca de 0,9% (estimativa da Comissão Europeia, de Novembro de 2018). Ou seja, em termos do que verdadeiramente interessa, estamos a divergir.

Mas se quisermos ignorar o comportamento da produtividade e olharmos só para a evolução do PIB, uma convergência de duas décimas por ano significa que demoraríamos 130 anos para atingir a média da UE e vinte anos para regressar à posição relativa de 2000 (quarenta anos perdidos), dado que o nosso PIB per capita é de 74% da média europeia.

Se olharmos para os restantes países com que nos devemos comparar, verificamos que só a Grécia teve um pior desempenho em 2018, com a agravante de que em 2019 e 2020 até este país crescerá mais do que Portugal. Todos os outros cresceram e deverão crescer muito mais do que nós.



- Em 2019 e 2020, até a Grécia crescerá mais do que Portugal

- É claríssimo que 2019 será um ano de desaceleração

Crescimento do PIB (2018-2020)

País	2018	2019	2020
Malta	6,2	5,2	4,6
Eslováquia	4,2	4,1	3,5
Roménia	4,0	3,8	3,6
Bulgária	3,2	3,6	3,6
Polónia	5,1	3,5	2,6
Hungria	4,8	3,4	3,6
Eslovénia	4,4	3,1	2,8
Rep. Checa	2,9	2,9	2,7
Lituânia	3,6	2,7	2,4
Estónia	3,5	2,7	2,4
Croácia	2,8	2,7	2,6
Grécia	2,0	2,2	2,3
Letónia	4,7	2,1	2,6
PORTUGAL	2,1	1,7	1,7
UE	1,9	1,5	1,7

Fonte: Comissão Europeia

COMO CONTRARIAR A DESACELERAÇÃO EM CURSO?

É claríssimo que 2019 será um ano de desaceleração, quer a nível das economias americana, europeias e portuguesa. Por isso, se torna cada vez mais imperioso responder à pergunta: é possível e desejável contrariar a desaceleração em curso?

Deixo desde já resposta positiva a ambas as perguntas, mas é primeiro essencial perceber as origens da desaceleração, para não se correr o risco de terapias erradas.



- Primeiro é essencial perceber as origens da desaceleração

- Teremos que conseguir melhorar a competitividade

- Seria muito mais útil se a formação fosse feita nas empresas

Esta desaceleração tem três origens: do lado da oferta nacional, porque há cada vez menos desempregados disponíveis; do lado da procura externa, porque as principais economias que compram as nossas exportações estão a desacelerar; do lado da procura interna, pelo efeito conjugado das duas anteriores, já que menor criação de emprego gera menos procura e menos exportações idem.

Reconhecer que o problema da desaceleração da procura interna não é autónomo, para além dos elevados níveis do nosso endividamento público e externo, desaconselha medidas significativas de estímulo desta procura.

Para contrariar o enfraquecimento da procura externa, teremos que conseguir melhorar a competitividade, não se tendo feito muito nesse sentido. Não vamos aqui repetir tudo o que temos vindo a dizer sobre isto.

Resta-nos assim, o lado da oferta, o que é ingrato, porque medidas nesta área, habitualmente, só produzem resultados a médio prazo. Mesmo assim, há três medidas que se impõem: alterar políticas de formação profissional; acelerar licenciamentos; redução drástica dos prazos de pagamento do Estado.

Alterar políticas de formação profissional

Neste momento, as empresas estão com uma especial dificuldade em conseguir trabalhadores qualificados, pelo que é a oportunidade ideal de reformar o IEFP, onde se fazem muitas formações, com escassa utilidade para os trabalhadores, não valorizadas pelas empresas, que parecem servir apenas para retirar desempregados das estatísticas.

Seria muito mais útil se a formação fosse feita nas empresas, que estão actualmente tão carenciadas, o que permitiria maximizar a empregabilidade dos actuais desempregados.



- Acelerar licenciamentos poderia estimular a economia de forma significativa

- No curto prazo, o Estado recebe juros em vez de os pagar

Acelerar licenciamentos

Há inúmeros projectos de investimento e empregos que estão paralisados à espera de autorizações múltiplas pelas administração central, regional e local. Acelerar estes licenciamentos poderia estimular a economia de forma significativa, para além de ajudar a minorar o problema da habitação, no caso concreto da construção.

Esta medida também poderia servir para motivar a administração pública: quanto mais rápidos os licenciamentos, maior o crescimento de 2019, melhores as contas públicas deste ano e maior a margem para aumentos salariais em 2020.

Redução drástica dos prazos de pagamento do Estado

Com taxas de juro negativas nos prazos, pelo menos, até 12 meses, o Estado recebe juros em vez de os pagar. Ou seja, se pagasse antecipadamente aos fornecedores, libertaria a restrição de financiamento da mera tesouraria e permitiria margem para as empresas investirem e aumentarem a sua capacidade produtiva, um claro aumento do PIB pelo lado mais saudável, da oferta.

Se o Estado reduzisse – drasticamente – os prazos de pagamentos, não só dava o exemplo moral, como fornecia às empresas meios concretos para replicar esse exemplo, pelo que é muito provável que os efeitos indirectos excedessem muito largamente os efeitos directos.



- “O ajustamento externo permanece insuficiente.”

- “A melhoria do mercado de trabalho não contribuiu para reduzir a elevada percentagem de contratos temporários”

- “Portugal tem uma das mais baixas taxas de investimento da UE.”

COMISSÃO EUROPEIA – SEMESTRE EUROPEU 2019

A Comissão Europeia acaba de divulgar o [relatório sobre Portugal](#), relativo ao Semestre Europeu de 2019. Dada a extensão do documento, só faremos aqui breves apontamentos.

Destacamos aqui alguns pontos que o nosso país precisa de melhorar:

“O ajustamento externo permanece insuficiente.” (p. 5). “A balança corrente deverá deteriorar-se a médio prazo.” (p. 14).

“A melhoria do mercado de trabalho não contribuiu para reduzir a elevada percentagem de contratos temporários” (p. 7). A fraca dinâmica da produtividade do trabalho afeta negativamente os custos unitários do trabalho. (p. 14).

“Os preços da energia em Portugal estão acima da média da UE e há margem para maiores investimentos e uma melhor conectividade interna e externa na Península Ibérica.” (p. 8).

“Nos últimos anos, Portugal realizou progressos limitados na resposta aos desafios orçamentais estruturais.” (p. 17).

“Portugal tem uma das mais baixas taxas de investimento da UE.” (p. 4).

“Portugal enfrenta múltiplos condicionalismos ao investimento. Várias características do setor financeiro dificultam o acesso das empresas ao financiamento (ver secção 4.2). As baixas qualificações, nomeadamente em matéria de competências digitais, e uma elevada percentagem de contratos temporários como consequência da rigidez do mercado de trabalho são os principais fatores subjacentes (ver secção 4.3). Existem também défices de investimento a nível das infraestruturas de transportes e energia,



- “Portugal enfrenta múltiplos condicionalismos ao investimento”

- Portugal é o terceiro país da UE com mais barreiras ao investimento

em especial no que se refere à conectividade interna e externa da Península Ibérica (ver secção 4.4).

Os entraves regulamentares restringem a concorrência no setor dos serviços às empresas, prejudicando uma concorrência efetiva e a escolha e a qualidade dos serviços disponíveis (ver secção 4.4.2). Os desafios que se colocam ao contexto empresarial incluem obstáculos setoriais específicos em matéria de licenciamento e ineficiências no sistema judicial (ver secção 4.4.4).” (p. 61).

[A Comissão avalia 19 entraves ao investimento e Portugal falha 14](#). Pior que Portugal surgem a Itália e a Roménia, enquanto a Holanda é o Estado-Membro mais bem posicionado, com apenas dois obstáculos.

Ou seja, concluímos nós, o nosso país tem das mais baixas taxas de investimento, muito provavelmente porque cria demasiadas barreiras. Estamos a criar os nossos próprios problemas, com consequências gravíssimas a nível do crescimento do PIB, da convergência, do aumento da produtividade e dos salários.



- Reserva Federal não deverá subir as taxas

4. MERCADOS FINANCEIROS

Com as perspectivas moderadas para a economia americana, a Reserva Federal não deverá subir as taxas de referência, pelo menos nos próximos meses.

Taxas de juro a 10 anos (nível)

País	30-Jun-18	30-Set-18	31-Dez-18	31-Jan-19	28-Fev-19
EUA	2,86	3,06	2,68	2,63	2,72
ALEMANHA	0,30	0,47	0,24	0,15	0,18

Fonte: Bloomberg

Dados fracos em Itália voltaram a fazer subir os diferenciais de taxa de juro deste país, sem se registar contágio aos outros periféricos.

Diferencial com a Alemanha de taxas de juro a 10 anos (pontos base)

País	30-Jun-18	30-Set-18	31-Dez-18	31-Jan-19	28-Fev-19
ESPANHA	102	103	117	105	99
ITÁLIA	238	268	250	244	257
PORTUGAL	149	141	148	147	129

Fonte: Bloomberg



- Libra beneficia de adiamento do Brexit

A ideia instalada de que o Brexit será adiado deu algum alívio à libra.

Taxas de câmbio (nível)

Moedas	30-Jun-18	30-Set-18	31-Dez-18	31-Jan -19	28-Fev-19
EUR/USD	1,168	1.160	1,145	1,145	1.138
CAD/USD	0,761	0.775	0,734	0,761	0.760
GBP/USD	1,321	1.303	1,275	1,312	1,327

Fonte: Bloomberg

Ainda que a importação de petróleo pelos EUA tenha registado um mínimo histórico, registou-se uma subida dos preços do petróleo.

Matérias primas (nível)

Matéria-prima	30-Jun-18	30-Set-18	31-Dez-18	31-Jan -19	28-Fev-19
Brent	79,4	82.7	53,8	61,9	66,0
Gás Natural	2,9	3.0	2,9	2,8	2,8
Ouro	1 253,2	1,192.5	1 282,5	1 321,2	1 313,3

Fonte: Bloomberg

- Nova recuperação dos mercados accionistas

Os mercados accionistas americanos recuperaram de novo, beneficiando da divulgação de resultados das empresas, que em mais de metade dos casos superaram as expectativas.



Mercados bolsistas (taxas de variação)

Moedas	30-Jun-18	30-Set-18	31-Dez-18	31-Jan-19	28-Fev-19
Dow Jones	-0,6%	1,8%	-8,7%	7,2%	3,7%
S&P 500	0,5%	0,4%	-9,2%	7,9%	3,0%
NASDAQ 100	1,0%	-0,3%	-8,9%	9,1%	2,8%
STOXX 600	-0,8%	1,1%	-5,5%	6,2%	3,9%
STOXX 50	-0,3%	1,7%	-5,4%	5,3%	4,4%
FTSE 100	-0,5%	1,5%	-3,6%	3,6%	1,5%
DAX	-2,4%	0,6%	-6,2%	5,8%	2,7%
CAC40	-1,4%	2,5%	-5,5%	5,5%	5,0%
MIB	-0,7%	6,1%	-4,5%	7,7%	5,4%
IBEX35	1,7%	1,4%	-5,9%	6,1%	2,4%
PSI20	1,1%	0,0%	-3,7%	8,4%	1,1%

Fonte: Bloomberg



**- Pré-publicação do
Sumário Executivo do
livro “A Reforma das
Finanças Públicas em
Portugal”**

5. A REFORMA DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM PORTUGAL

Joaquim Miranda Sarmiento²

Este livro procura lançar o debate da reforma das Finanças Públicas em Portugal.

Desde a entrada na zona Euro que Portugal se debate com um problema grave de sustentabilidade das suas contas públicas. Além de défices excessivos em praticamente todos os anos desde 2001, Portugal viu a sua dívida pública passar de um valor estável em torno dos 60% do PIB até 2008, para um patamar acima dos 110% no momento da assinatura do MoU com a “Troika”, passando para um patamar em torno dos 120%, atualmente.

Além disso, a estrutura da despesa pública apresenta-se pesada e rígida. Isto é, Portugal apresenta não só valores de despesa corrente primária acima dos seus principais concorrentes (Europa do sul e do leste), mas também apresenta, na maioria das áreas de atuação do Estado, níveis baixos de eficiência na utilização dos recursos públicos. Portugal precisa de consolidar as suas Finanças Públicas, alcançando um equilíbrio orçamental estrutural. Só desta forma será possível tornar as Finanças Públicas relativamente imunes a choques externos e permitir alguma margem para políticas contra cíclicas em momentos de recessão económica.

Não podemos ignorar que neste momento Portugal permanece numa situação muito frágil do ponto de vista económico e das suas contas públicas. Existem ainda graves restrições financeiras e orçamentais, tais como o equilíbrio do saldo estrutural, refinanciamento da dívida pública, volatilidade dos mercados financeiros e fim da política monetária do BCE, além da elevada dívida pública. Estas restrições

² ISEG, Universidade de Lisboa.



e a necessidade de equilíbrio orçamental obrigam a que se crie um “consenso orçamental”. Esse “consenso” visa apenas o equilíbrio das contas públicas, deixando à discussão política o modelo de sociedade e de Estado. Esse “consenso” deve permitir que num curto período de tempo a dívida pública portuguesa desça para um patamar abaixo dos 100% do PIB (sendo que o objetivo de longo prazo permanece reduzir a dívida para um valor abaixo dos 60% do PIB previsto no Tratado de Maastricht). Esse “consenso” deve também procurar uma gestão da dívida pública bastante adversa ao risco, sobretudo enquanto esse patamar não for atingido.

Adicionalmente a um problema de elevada (e ineficiente) despesa corrente primária, há que considerar o efeito do envelhecimento e da redução da população nos próximos 30-40 anos. A pressão sobre a despesa com a Segurança Social, a que se adiciona a redução da população ativa, terá um impacto muito significativo, conduzindo a um maior desequilíbrio das contas públicas. Urge, assim, reduzir o nível de despesa corrente primária, acomodando no entanto este efeito na despesa com pensões e saúde.

Desta forma, é premente melhorar a utilização dos recursos públicos, procurando uma alocação mais eficiente da despesa pública. Há que ser capaz de, simultaneamente, reduzir o nível de despesa pública e melhorar a qualidade dos serviços públicos, atenuando ao máximo redundâncias e desperdícios.

No entanto, não se julgue que isto significa uma redução dos níveis de proteção social e de prestação de serviços públicos. Os baixos níveis de rendimento e o elevado nível de pobreza, bem como outros desequilíbrios estruturais da sociedade portuguesa, fazem com que os apoios sociais (em dinheiro, através de mecanismos como o RSI ou o subsídio de desemprego, ou em prestações sociais em espécie como o SNS e a escola pública) sejam fundamentais para a coesão social e o desenvolvimento económico.



A nossa visão é a de um “Estado mais Qualificado” e extremamente eficiente, capaz de produzir níveis de proteção social e de desenvolvimento elevados com um nível de utilização de recursos baixos. Sem perder de vista que a prioridade deve ser a competitividade da economia e a produção de riqueza, um “Estado mais Qualificado” e com menos despesa, por via de uma maior eficiência, é um instrumento vital para essa competitividade. Isto porque melhorará a qualidade dos serviços, reduzindo os custos de contexto e a carga fiscal.

Para isso, é necessário fazer uma reforma profunda do Estado, em que uma das partes críticas é a reforma das Finanças Públicas. Pese embora o esforço que vem sendo desenvolvido ao longo das últimas duas décadas, que é muito meritório, e com avanços significativos, falta ainda um verdadeiro “momentum” que permita ter uma gestão financeira do Setor Público que crie condições para o Setor Público ter uma elevada competência na sua gestão financeira e patrimonial, por forma a aumentar a transparência da gestão pública, reduzir os desperdícios e permitir melhorar o nível de Accountability do Setor Público Administrativo.

Assim é necessário fazer a RAFE XXI – Reforma da Administração Financeira do Estado para o Século XXI.

Desta forma, devemos procurar seguir uma abordagem metodológica que responda às seguintes questões: Quanto podemos gastar?; Onde gastar?; Como gastar e Quem gasta?.

Assim, elencamos um conjunto de medidas no âmbito da RAFE XXI, ao nível da reforma do Estado, da reforma do processo orçamental, da gestão orçamental, financeira e administrativa, do controlo e fiscalização dos dinheiros públicos, bem como do reforço da transparência, da melhoria da gestão dos recursos humanos da AP e, por fim, de sustentabilidade da Segurança Social e de melhoria do terceiro setor,



de melhoria do Setor Empresarial do Estado, e de maior racionalidade e eficiência no investimento público.

Todas estas medidas só serão possíveis com uma mudança da organização e da estrutura da Administração Pública, com o aumento do nível de competências dos Recursos Humanos, o papel transformador da implementação de sistemas de informação, a reengenharia dos processos e procedimentos atuais e a redefinição de normas legais.

Adicionalmente, propomos um conjunto de medidas de curto/médio prazo, de aumento de receita e de redução de despesa, que visam reduzir o défice estrutural para o Objetivo de Médio Prazo de um superavit estrutural de 0.25%.

Aborda-se neste trabalho também uma proposta de uma nova estrutura ministerial, mais eficiente e de maior transversalidade dos serviços. Passar de uma estrutura demasiado hierárquica e rígida para uma estrutura em rede e mais flexível.

Em síntese, o paradigma das Finanças Públicas deve pautar-se por:

- * Equilíbrio das contas públicas, medido por um saldo estrutural equilibrado;
- * Dívida pública abaixo dos 90%;
- * Consenso orçamental em torno destes dois primeiros pontos;
- * Reforço da transparência orçamental, reduzindo ao máximo eventuais práticas de desorçamentação;
- * Reforma do Estado, visando serviços públicos de excelência e eficiência na utilização dos recursos disponíveis. O Estado deve garantir o acesso de todos os portugueses aos serviços públicos, mas não tem necessariamente que ser o prestador;
- * Garantir, e reforçar, a coesão social e a redução das assimetrias sociais, para as



quais a função social do Estado é vital, quer por via dos impostos, quer por via das prestações sociais (em dinheiro, como as pensões, o RSI, o abono de família e os subsídios de desemprego, entre outras; quer em espécie, como o SNS e a educação pública).





6. AGENDA

Data	Evento	Expectativa/observações
7-Mar	Reunião BCE	manutenção das taxas
11-Mar	Vol. Negócios Indústria (Jan)	
11-Mar	Produção Construção (Jan)	
12-Mar	Comércio Internacional (Jan)	
12-Mar	Vol. Negócios Serviços (Jan)	
12-Mar	Inflação (Fev)	
13-Mar	Seminário do Forum para a Competitividade: “Crescimento da Economia Portuguesa – O deve e haver do Projecto Porter”	
15-Mar	Actividade turística (Jan)	
20-Mar	Reserva Federal dos EUA	manutenção das taxas
26-Mar	Procedimento dos Défices Excessivos	
26-Mar	Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional (4T)	
28-Mar	Inquéritos de Conjuntura (Mar)	
29-Mar	Inflação – Estimativa Rápida (Mar)	
29-Mar	Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego (Fev)	
29-Mar	Produção Industrial (Fev)	
29-Mar	Vol. Negócios Comércio a Retalho (Fev)	
28-Abr	Eleições legislativas em Espanha	
26-Mai	Eleições europeias	

ESTA NOTA DE CONJUNTURA TEM O APOIO DE:



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS